

FAMÍLIA : DEMANDAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Jéssica Caroline Medeiros SILVA¹

RESUMO: O presente estudo traz à discussão a família, visualizando-a na perspectiva crítica como uma construção histórica. Analisamos que em cada momento histórico a família teve a sua configuração e sua função, como respostas aos interesses e ideologias da época, com o propósito de dar base à sociedade. A partir da desmistificação do conceito de família compreendemos a família e os processos de exclusão social, entendemos assim a exclusão que esta sofre da sociedade e a exclusão social intrafamiliar. Compreendemos que os laços familiares que foram construídos socialmente também criaram funções sociais, no entanto a família pode ou não mostrar-se capaz de cumprir sua função social, devido à exclusão social quem deveria prover cuidados também necessita destes. Quando a família não consegue cumprir sua função social aparecem as demandas para o Serviço Social. Problematizamos, apontamos as demandas do Serviço Social advindas das famílias propondo uma intervenção do profissional de Serviço Social.

Palavras-chaves: Família. Perspectiva crítica. Função social. Exclusão social. Demandas para o Serviço Social.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade apontar a família na perspectiva sócio-histórica, as suas funções sociais, a sua relação com o Estado, a comunidade e com

¹ Discente do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente-SP. Contato: jessica_medeiross@yahoo.com.br

ela mesma, os diversos conceitos que estão atualmente vinculados a ela e a efetivação ou não da função social.

Nele está descrita uma breve interpretação de família, desmistificando o “mito da família” e analisando-a nos processos de exclusão social, como demanda para o Serviço Social e a ação do Assistente Social com essas famílias.

Este tema é de grande relevância para o Serviço Social, pois mostra ao aluno uma discussão da família na perspectiva crítica e as demandas da família para o Serviço Social.

Para elaboração deste trabalho foram utilizados textos disponibilizados em sala de aula, livros, legislação específica e a Política Nacional da Assistência Social.

Na primeira parte será apresentada a família segundo uma perspectiva teórico-metodológica crítica, como uma construção social, que nos diversos períodos e locais da história se apresentou com diferentes estruturas.

Na segunda parte será apontado o conceito de exclusão social e os seus processos que rebatem nas famílias, e será lembrado também a exclusão intrafamiliar e da sociedade em relação à família.

A família como demanda para o Serviço Social será apresentada na terceira parte, conceituando as suas funções sociais e a busca pela efetivação desta, lembrando que a família que tem o papel de proteção e cuidado, contudo também precisa de cuidados. Será ressaltado o trabalho do Assistente Social com as famílias buscando a autonomia, a equidade, a qualidade de vida e desenvolvimento humano desta família que é sujeito com o qual o profissional trabalha.

2 FAMÍLIA NA PERSPECTIVA CRÍTICA

A noção mais generalizada de família encontra-se ligada à idéia de um grupo, formado por um casal e seus filhos (família nuclear), tratando a família como uma concepção natural, estática e universal, vista como uma relação sempre existente e a-histórica. Entretanto a família é uma construção social, uma instituição social, por isso é preciso ter uma visão crítica para compreendê-la desnaturalizando-a e

analisando a família na perspectiva sócio-histórica, ou seja, observá-la em suas constituições nas diferentes épocas da história e nos diferentes locais.

Na Grécia antiga os guerreiros se casavam com outro homem, o amor estava desvinculado do sexo procriativo, neste período a mulher tinha um papel coadjuvante, elas eram apenas chamadas quando fosse preciso gerar um filho para ser herdeiro de um guerreiro ou de um líder. Contudo não é necessário voltar tanto na história para desnaturalizar a idéia de família como concepção natural, ligada emocionalmente nas relações entre os cônjuges, nas relações maternas, paternas e fraternais como vemos hoje. No século XVI e XVII a constituição de uma nova família passava pelo critério de manutenção da riqueza, das terras e dos outros interesses da família, o amor entre os cônjuges não era necessário existir, e o sexo com prazer era extra conjugal, pois a esposa tinha a função de procriação e organizava e participava da vida social, não tinha a função de maternidade. As crianças nesta época não eram ligadas aos pais emocionalmente pois eram amamentadas pelas amas de leite e depois cresciam em torno da comunidade, isto acontecia na aristocracia, no campesinato a estrutura familiar era muito diferente, contudo não citaremos as relações no campesinato pois apenas analisando as diferenças entre a Grécia antiga e a família aristocrática na sociedade moderna (século XVI e XVII) podemos perceber que nem sempre o amor e o sexo estiveram vinculados, a função de procriação foi venerada, a heterossexualidade foi padrão dominante, sexo, amor e casamento estiveram vinculados, enfim podemos concluir que em cada momento histórico a família teve a sua configuração e sua função, sempre como uma construção histórica, de acordo com os interesses e ideologias da época. Atualmente existe o mito da família estruturada, que tem o propósito de dar base à sociedade nos padrões das relações sociais capitalistas.

A partir da desnaturalização da família e da perspectiva teórico-metodológica crítica, compreendemos que a família é uma concepção construída pelo processo histórico, incorpora determinações econômicas, políticas e sociais e para discutirmos esta questão é preciso incluir conceitos que fazem parte do contexto familiar como o casamento, amor, sexualidade, relações de gênero e etária, papéis sociais, relações jurídicas e religiosas entre outros.

3 FAMÍLIA E OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO SOCIAL

A exclusão social supõe discriminação, preconceito e abandono dirigidos a um segmento etário, a moradores de um local (país, cidade, bairro), aos portadores de deficiência, a uma determinada etnia, gênero, a pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade e muitos outros. Ela expressa situações como o crescimento da violência, fragilização familiar, desemprego de longa duração, crescimento da população de rua e é também causadora de muitas situações como a segregação, a não-equidade, a não acessibilidade e muitas outras formas de discriminação.

A exclusão social é um fenômeno próprio do modo de produção capitalista, o modelo e a estrutura econômica por sua natureza geram essas grandes desigualdades, algumas famílias vivenciam processos de exclusão, principalmente as famílias em situação de indigência e pobreza, pois estas duas situações são formas de exclusão que geram outras exclusões sociais.

Segundo Sposati (1994.p.65) “a exclusão social é relativa, cultural, histórica e gradual.” Segundo ela a exclusão social pode variar entre os países, por isso cultural, em diferentes momentos em um país, por isso a sua característica histórica, pois em um mesmo local com o passar do tempo às visões vão se alterando, e gradual (quando a mesma pessoa sofre exclusão por várias de suas características, exemplo: negra, mulher, deficiente..).

Nesta estrutura de família atual existe uma diferente divisão dos papéis masculinos e femininos, essa divisão ocorre no sentido da autoridade e do modo de pensar do homem e da mulher em relação a casa e a família. O homem aparece como chefe de família, com a autoridade moral, é considerado o “elo” da família com o mundo, já a mulher tem o papel de mantenedora da unidade familiar, aquela que cuida de todos, por mais que esta visão tradicional e conservadora esteja se alterando

através de muitas lutas, ainda nos dias de hoje as pessoas que saem deste padrão estabelecido como hegemônico se tornam excluídas da sociedade, a sociedade que estabelece esta ideologia dominante dos papéis sociais, também estabelece o heterossexualismo como a única forma de relação conjugal e os homossexuais e quem querem formar sua família, ou as pessoas que tem homossexuais na família se tornam também excluídas, existe também a exclusão na questão geracional principalmente em relação ao idoso que muitas vezes é discriminado no âmbito da família por ser considerado improdutivo pela sociedade. Além das exclusões que apresentamos aqui, existem nas famílias muitos outros tipos de exclusões, e elas ocorrem tanto no âmbito da família, (da família com um ou alguns de seus membros) ou da sociedade em relação à família como um todo ou com alguns de seus membros especificamente.

4 FAMÍLIA COMO DEMANDA PARA O SERVIÇO SOCIAL

Com a construção do conceito da família foi se configurando também o papel destas, isto quer dizer que os laços familiares que foram reconhecidos socialmente também criaram funções sociais, suas funções são como por exemplo a responsabilidades com o apoio e a proteção de todos seus membros. A Política Nacional da Assistência Social (2004, p.29) identifica que:

[...] são funções básicas da família: prover a proteção e a socialização de seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado.

E também se reconhece na família funções fundamentais como a função sexual-reprodutiva, que é essencial para a existência da sociedade, a função econômica, para a manutenção da vida, e a educacional, uma função de manutenção da cultura.

A família independente das estruturas e das funções sociais assumidas, adquire o papel de mediadora entre os sujeitos e a coletividade, vincula o privado e o público, seus membros com o Estado e além disso a família se caracteriza como um espaço contraditório, onde a convivência é marcada por conflitos e desigualdades.

Devemos ressaltar que a família pode ou não se mostrar capaz de alcançar a efetivação das funções sociais. De acordo com a PNAS² (2004, p.29) “O importante é notar que esta capacidade resulta não de uma forma ideal e sim de sua relação com a sociedade, sua organização interna, seu universo de valores, entre outros fatores.” Conforme enfatiza a Política Nacional da Assistência Social não existe uma forma ideal para a efetivação das funções sociais da família, é preciso notar que esta capacidade esta ligada com a maneira que a família esta vinculada à sociedade, com ela mesma e com os seus valores.

Como citamos acima, a família passa por pressões causadas pelo processo de exclusão sócio-cultural, aumentando assim as suas contradições e assim a família que é provedora de cuidados, apoio e proteção de seus membros também precisa ser cuidada e protegida.

Quando a família não consegue cumprir sua função social aparecem as demandas para o Serviço Social, porém devemos ressaltar que nem todas as demandas são criadas pela família, às vezes elas estão na sociedade e impõe seu reflexo na família.

A família é um sujeito individual e coletivo ao mesmo tempo, por isso essas demandas são individuais e coletivas, uma parte da intervenção deve ser imediata por questões de vitalidade, mas a intervenção verdadeiramente deve acontecer nas demandas sócio-históricas e deve ser analisada na objetividade e na subjetividade da situação. Conforme citaremos adiante.

Essas demandas aparecem nas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social, como a família que esta com fragilidade ou ruptura dos vínculos de afetividade e sociabilidade, ou que não estão conseguindo por fatores econômicos ou sociais cumprir o papel de proteção dos diversos ciclos da vida, famílias que vitimizam por meio de maus tratos ou outros tipo de violência suas crianças e

² Política Nacional da Assistência Social

adolescentes, famílias com dificuldade de aceitação dos membros portadores de necessidades especiais, violência intrafamiliar contra a mulher, famílias com jovens em conflito com a lei, essas e muitas outras demandas aparecem para o Serviço Social e exigem uma intervenção da qual falaremos adiante.

4.1 A Família e o Serviço Social

A família aparece como demanda para o Serviço Social quando ocorre algum problema ou conflito na função social, ou seja, quando a família por um certo motivo não consegue cumprir o seu papel.

Deve-se apreender a família do ponto de vista teórico com um pensamento crítico, desvelando a realidade, analisando as relações de totalidade e principalmente considerando as determinações históricas, para não culpabilizá-la e nem fazer uma psicologização das questões que são sociais.

Para se ter uma visão crítica de família é preciso analisá-la como uma construção histórica, como apontamos no segundo item deste trabalho.

A ação do Assistente Social deve ser transformadora, buscando a emancipação e o autodesenvolvimento da família. O profissional deve atuar nas demandas, essas demandas deverão providenciar respostas, as demandas institucionais que são demandas objetivas, imediatas, devem ser respondidas com o desenvolvimento e a utilização de instrumentos (meios) para atingir seus objetivos, estes instrumentos podem ser: os bens, serviços, benefícios, programas e projetos, porém o âmbito da ação profissional deve transcender a demanda institucional, passando assim para a demanda sócio-profissional, compreender as demandas na sua totalidade, as suas contradições, a sua relação com a sociedade e assim o Assistente Social deve articular, criar meios para que família crie condições para cumprir a sua função social.

O Assistente Social como um profissional que tem como seu objeto de intervenção as necessidades sociais, deve intervir nas expressões da Questão Social. Estas expressões da Questão Social rebatem no campo de trabalho como uma

conseqüência do sistema que fundamenta o capitalismo, aparece no sujeito individual e/ou coletivo em situação de vulnerabilidade social e pessoal, e é no âmbito da família que se encontram o maior número de demandas, e é nela também que deve estar a ação do Assistente Social.

O profissional deve em sua ação desnaturalizar todas as formas de discriminação, promovendo também a garantia dos direitos dos cidadãos e possibilitando a sua autonomia como está previsto no projeto ético-político profissional. É necessário também que este articule junto ao Estado, as organizações que tenham o mesmo objetivo diante desta situação, para juntos buscar a edificação as respostas políticas que garantam direitos e que esses sejam efetivados.

Através da gestão democrática, o trabalho do Assistente Social pode contribuir com a justiça e a equidade social a favor da universalidade das políticas sociais, posicionando seus programas, serviços e projetos e desenvolvendo ações que venham aumentar os recursos para que se tenha uma concretização dessas políticas de forma eficaz, o profissional deve agir juntamente ao seu usuário, fazer reuniões com todos membros da família, as crianças, o adolescente, os pais, a mulher, o homem, o idoso, enfim trabalhar com eles as questões de gênero, questões geracionais, e outras de acordo com a necessidade da população, sempre criando meios para que eles mesmos criem os seus valores

A tarefa do Assistente social é lutar pela participação social, emancipação, autonomia (ética, política, moral, cultural), desenvolvimento dos sujeitos sociais, e principalmente pela ampliação dos direitos sociais e da cidadania, investindo assim nas potencialidades dos usuários, caminhando sempre na busca da liberdade política, econômica e cultural.

Este profissional deve agir com sua formação embasada nas diretrizes curriculares, com seu fundamento na teoria social crítica. O profissional deve ter um perfil teórico-crítico (tem que ter capacidade para fazer uma leitura crítica da realidade), técnico-operativo (profissional interventivo, que tem um arsenal de técnicas e instrumentos que possibilitam a intervenção) e ético-político (o agir tem uma intenção,

tem valores do código de ética). Tendo assim uma práxis transformadora que supere o imediatismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família não é uma concepção natural, estática e universal ela foi construída socialmente e passou por transformações no processo sócio-histórico, por ter a função de proteção, socialização de seus membros, de referência moral e principalmente por ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. As famílias que não conseguem cumprir este papel entram nos processos de exclusão social, se tornando assim demanda para o Serviço Social.

Cabe ao profissional procurar a desmistificação dos conceitos de família presentes na sociedade e agir interventivamente nas suas demandas buscando possibilitar a sua emancipação e autodesenvolvimento para que esta possa efetivar a sua função social.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Política nacional de assistência social**, Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004.

Legislação brasileira para o serviço social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da (o) assistente social / organização Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, 9ª Região-Diretoria Provisória-2.ed.ver., ampl. e atual. até dezembro de 2005-São Paulo: O Conselho, 2006.

ROMERA, Valderês Maria e BATISTA, Silvana M. Trevisan Dias. **Exclusão social e pobreza**: expressões da questão social. Presidente Prudente, 2007.

ROMERA, Valderês Maria. **Família**: amor e casamento. Presidente Prudente, 2008.

ROMERA, Valderês Maria. **Família**: casamento, amor e sexualidade. Presidente Prudente, 2008.

ROMERA, Valderês Maria e BATISTA, Silvana M. Trevisan Dias. **O código de ética profissional dos assistentes sociais**: princípios fundamentais. Presidente Prudente, 2007.

SPOSATI, Aldaíza. **Globalização da economia e processos de exclusão social**. Capacitação em serviço social e política social: módulo 4 : o trabalho do assistente social e as políticas sociais/ Brasília: Ed. da UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

SZYMANSKI, Heloisa. **Trabalhando com famílias**. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Ministério da Ação Social, 1992. 40 p. (Cadernos de ação ;1)